

Assunto: Fwd: Fwd: IC 1052/2018 - encaminhamento do ofício nº 213/2020.

De: Serviço Técnico Administrativo do Gabinete <sap@inss.gov.br> [\[+\]](#) [\[x\]](#)

Data: 20/10/2020 10:23:21

Destinatário: Rafael Vitor da Silva <rafael.vsilva@inss.gov.br> [\[...\]](#)

Anexos: [o 213-20 1052-18 inss.pdf \(194 KB\)](#) [portaria 1052-18.pdf \(796.8 KB\)](#) [resposta bmg.pdf \(2.5 MB\)](#) [\[Todos os anexos\]](#)

SERVIÇO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO GABINETE
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
(61) 3313 - 4740

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto: Fwd: IC 1052/2018 - encaminhamento do ofício nº 213/2020.

Data: Tue, 20 Oct 2020 08:47:26 -0300

De: Ana Lucia Mainenti Pagnez - INSSDF <ana.pagnez@inss.gov.br>

Para: sap@inss.gov.br >> Apoio Presidencia - INSSDF <sap@inss.gov.br>

para autuar

ANA LUCIA MAINENTI PAGNEZ

Técnico do Seguro Social - Matr. 0877616

01.001.0 - GABINETE/ASSESSORIA PARLAMENTAR

PRESIDÊNCIA - DF

SAUS QUADRA 2 BLOCO O

Tel.: (61) 33134533/4737 - VoIP 30614533



Só imprima o necessário. Preserve o meio ambiente.

[Clique aqui e crie sua assinatura personalizada](#)

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto: IC 1052/2018 - encaminhamento do ofício nº 213/2020.

Data: Tue, 20 Oct 2020 00:10:13 +0000

De: 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Capital <1pjtcccap@mprj.mp.br>

Para: pres@inss.gov.br <pres@inss.gov.br>, pfeinss@agu.gov.br <pfeinss@agu.gov.br>

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Capital

Avenida Nilo Peçanha, 151, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20020-100

Email: 1pjtcccap@mprj.mp.br

Inquérito Civil PJDC nº 1052/2018.

MPRJ nº 2018.01259627.

=====

Ao Ilustre Senhor Presidente do INSS
LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

=====

Senhor Presidente,

De ordem do Exmo. Promotor de Justiça Dr. Julio Machado Teixeira Costa, venho pela presente encaminhar-lhe o ofício nº 213/2020 e anexos.

Atenciosamente,

Alexandre Henrique

Mat. 2611

OFÍCIO

Primeira Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Capital
Avenida Nilo Peçanha, nº 151, 5º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20020-100 - Tel.: 2240-2063
1pjtccc@mprj.mp.br

Ofício nº 213/2020 – 1ª PJDC.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2020.

Referência:	Inquérito Civil PJDC nº 1052/2018. MPRJ nº 2018.01259627.
Objeto:	Banco BMG. Ligações de telemarketing e torpedos. Oferecimento de empréstimos e outros serviços alguns dias depois do deferimento do benefício do INSS.
Fundamento:	Art. 129 e incisos da Constituição da República, repetido no art. 173 e incisos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro; art. 26 e incisos da Lei nº 8.625/93; e art. 35 e incisos da Lei Complementar Estadual nº 106/03.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, comunico que tramita nesta Promotoria de Justiça o inquérito civil em epígrafe, conforme portaria anexa.

O Banco BMG sustenta, conforme resposta anexa, que a anomalia foi sanada com a edição, pelo INSS, da Instrução normativa 100, que alterou dispositivos da Instrução Normativa 28.

Desta forma, sirvo-me do presente para requisitar, **no prazo de 30 (trinta) dias**, se manifeste sobre o inquérito e informe se persistem as irregularidades consistentes no oferecimento de serviços do BMG alguns dias depois de deferidos benefícios do INSS, especificando eventuais providências tomadas a respeito.

A resposta deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico acima informado.

Atenciosamente,

JULIO MACHADO TEIXEIRA COSTA
Promotor de Justiça

Ao Ilustre Presidente do INSS

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES



Documento assinado eletronicamente por **JULIO MACHADO TEIXEIRA COSTA, Promotor de Justiça**, em 14/10/2020, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site



https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0315072** e o código CRC **03D1690D**.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

PORTARIA nº 11 /19
2018.01259627
Reg. 1052/2018
632443

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019

Noticiante: Reginaldo Mattos Laino

Noticiado: BMG

Assunto: ligações de telemarketing e torpedos – oferecimento de empréstimos e outros serviços alguns dias depois deferido benefício do INSS

CONSIDERANDO representação noticiando insistentes ligações de telemarketing e torpedos com o oferecimento de empréstimos e outros serviços alguns dias depois deferido benefício do INSS;

CONSIDERADNO o disposto no art. 6º, VI, do CDC, bem como Lei Estadual nº 4.896/06 e Lei nº 7853/2018;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, através de suas promotorias de justiça, a defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato apresentado pelo Promotor de Justiça que esta peça subscreve, com fulcro nas atribuições constitucionais e legais que lhe

são conferidas pelo *caput* do artigo 127 e pelos incisos II e III do artigo 129 da Constituição da República, bem como pelo inciso I do artigo 26 da Lei nº 8.625/93 e pelo § 1º do artigo 8º da Lei nº 7.347/85, instaura o presente

INQUÉRITO CIVIL

Determinando:

I) a remessa de cópia integral ao MPF no tocante à responsabilidade do INSS nos fatos;

II) a expedição de ofício ao reclamado para que, **no prazo de 30 (trinta) dias**, manifeste-se sobre o presente inquérito civil e informe:

i) se tem acesso ao cadastro de benefícios do INSS, informando em caso negativo a razão da existência de reclamações acerca de insistentes ligações de telemarketing e torpedos com o oferecimento de empréstimos e outros serviços alguns dias depois deferido benefício do INSS; ii) se mantém cadastro especial de assinantes que manifestem oposição ao recebimento de ofertas de comercialização de Produtos ou serviços, especificando quais os meios para que o consumidor peça a respectiva inclusão, bem como as formas de divulgação de tal possibilidade; iii) se respeita a vontade dos consumidores que figuram em tal cadastro; iv) se consulta o cadastro de outras empresas, especialmente telefônicas, ao realizar ligações de telemarketing, especificando-as; v) em quais dias e horários são realizadas as suas chamadas contendo ofertas de comercialização de Produtos ou serviços; vii) se as suas ligações de telemarketing utilizam número telefônico que possa ser identificado pelo consumidor; viii) se nas suas ligações de telemarketing identifica a empresa logo no início da chamada; vii) qual o intervalo entre as ofertas objeto de telemarketing ou torpedo destinadas ao mesmo consumidor.

Julio Machado Teixeira Costa
Promotor de Justiça
Mat. Nº 2099



São Paulo, 20 de maio de 2019.

Ao

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRIMEIRA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO
CONTRIBUINTE DA CAPITAL

A/C EXMO. DR. PROMOTOR JULIO MACHADO TEIXEIRA COSTA

Avenida Nilo Peçanha, n.º 151 – 5.º andar

Centro

Rio de Janeiro/RJ

Cep: 20.020-100

REF.: INQUÉRITO CIVIL PJDC n.º 1052/2018 MPRJ n.º: 2018.01259627 – Ofício n.º 130/2019 –
1.ª PJDC

PRPPJCCAP 20190542704 24/05/19 12:38:16

BANCO BMG S.A., com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04543-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.186.680/0001-74, vem, por seus procuradores, ante ao recebimento do ofício supra referenciado, expor e requerer:

Compulsando-se os autos, verifica-se que o presente inquérito foi instaurado em decorrência da seguinte representação:

“COMUNICANTE RECORRE A ESTA OUVIDORIA PARA REGISTRAR INDIGNAÇÃO EM RELAÇÃO A INÚMERAS LIGAÇÕES QUE TEM RECEBIDO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, DESDE O DIA 08/10/2018. CITA O BANCO PANAMERICANO, BMG E CAIXA ECONÔMICA, QUE LIGAM PARA COMUNICANTE E SEUS

1

N




FAMILIARES DIARIAMENTE OFERECENDO EMPRÉSTIMOS E OUTROS BENEFÍCIOS EM DIVERSOS HORÁRIOS. INCLUSIVE CONTA QUE TEM RECEBIDO ESSAS OFERTAS TAMBÉM POR MENSAGENS DE TEXTO E PELO APLICATIVO WHATSAPP. EXPLICA QUE NO DIA 01/10/2018 O INSS LHE CONCEDEU UMA APOSENTADORIA, E NOTICIANTE ACREDITA QUE O INSS DIVULGOU SEUS DADOS PESSOAIS. PEDE AVERIGUAÇÃO DESTE ÓRGÃO, POIS ALÉM DE SER INCOMODADO COM INÚMERAS LIGAÇÕES EM HORÁRIOS INAPROPRIADOS (07H00), OS DADOS DO COMUNICANTE DEVERIAM FICAR EM SIGILO JUNTO AO ÓRGÃO. OBS. COMUNICANTE FOI ORIENTADO A REGISTRAR O FATO TAMBÉM NA OUVIDORIA DO MPF. (GA)".

Neste diapasão, foi o BMG notificado a manifestar-se acerca do inquérito.

Com efeito, de início, há que se ressaltar que INEXISTE qualquer praxe e/ou conduta do Banco BMG S/A de obter, repassar ou divulgar dados de aposentados e/ou pensionistas do INSS ou de qualquer cidadão que seja, visando à oferta de quaisquer produtos bancários desta instituição financeira, sendo certo que esta Instituição emana diretrizes a todos os seus correspondentes bancários credenciados para que se abstenham de tal conduta, ficando os mesmos sujeitos às sanções contratuais, inclusive descredenciamento, caso se constate a obtenção e/ou divulgação de dados de aposentados e/ou pensionistas do INSS.

Por outro lado, há que se destacar que a questão que ensejou a instauração deste procedimento encontra-se superada, com a consequente perda de objeto do presente inquérito civil, que envolve vazamento de dados pessoais de aposentados e pensionistas pelo INSS.

 2



Isto porque, na data de 28/12/2108, foi editada pelo INSS, a Instrução Normativa de n.º 100, que alterou dispositivos da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, na qual foram inseridos os seguintes dispositivos legais:

“Art. 1º. O desconto no valor d aposentadoria e pensão por morte pagas pela Previdência Social das parcelas referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito ,concedidos por instituições financeiras, obedecerão ao disposto nesta Instrução Normativa.

§ 1º Os benefícios referidos no caput, uma vez concedidos, permanecerão bloqueados para a realização de operações relacionadas à consignação de valores relativos a empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil até que haja autorização expressa para desbloqueio por parte de seu titular ou representante legal. (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018)

§ 2º O desbloqueio referido no § 1º deste artigo somente poderá ser autorizado após noventa dias contados a partir da Data de Despacho do Benefício - DDB, por meio de serviço eletrônico com acesso autenticado, para tratamento das autorizações emitidas em meio físico ou eletrônico. (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018)

§ 3º Fica expressamente vedado às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil que mantenham Convênios e/ou Acordos de Cooperação Técnica com o INSS, diretamente ou por meio de interposta pessoa, física ou jurídica, qualquer atividade de marketing ativo, oferta comercial, proposta, publicidade direcionada a beneficiário específico ou

qualquer tipo de atividade tendente a convencer o beneficiário do INSS a celebrar contratos de empréstimo pessoal e cartão de crédito, com pagamento mediante consignação em benefício, antes do decurso de 180 (cento e oitenta) dias contatos a partir da respectiva DDB. (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018)

§ 4º As atividades referidas no § 3º deste artigo, se realizadas no prazo de vedação, serão consideradas assédio comercial, e serão punidas nos termos do Capítulo XII, sem prejuízo de assim também serem consideradas outras práticas qualificadas como abusivas pelos órgãos de defesa do consumidor. (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018)

§ 5º Quando houver transferência de benefício - TBM, por meio da Agência da Previdência Social - APS ou instituição financeira pagadora, o benefício também ficará bloqueado por sessenta dias a contar da data da transferência, mesmo decorridos os prazos acima definidos. (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018)

§ 6º Para as transferências de benefício em bloco - TBB ou TBM, realizadas pelas Agências da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - APSADJ, o bloqueio mencionado no § 5º deste artigo não será efetuado. (Incluído pela IN INSS/PRES nº 100, de 28/12/2018)''

Ressalte-se que a referida alteração/inserção legislativa na Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008 já se encontra em vigor desde 01/04/2019, sendo certo que com a inclusão de norma (§1.º, do art. 1.º), impondo o bloqueio no benefício do aposentado ou pensionista para a realização de operações de créditos

consignados no benefício, até que haja a solicitação/autorização expressa pelo próprio titular do benefício (*e isto sendo possível somente após o transcurso do prazo de 90 dias contados da data de deferimento do benefício - §2.º, art. 1.º*), não haverá a possibilidade de qualquer contratação desta espécie, mitigando assim, sobremaneira, qualquer possibilidade de vazamento de dados dos beneficiários pelo INSS após o deferimento do benefícios de aposentadoria ou pensão.

Ademais, a norma contida no §3.º do artigo 1.º, também é de extrema relevância para a questão tratada neste procedimento, porquanto veda expressamente, a atividade de marketing ativo, oferta, proposta e publicidade, envolvendo a contratação de crédito consignado, junto a qualquer beneficiário de aposentadoria ou pensão do INSS, durante o prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data em que foi deferido o benefício ao respectivo titular, o que reforça, evidentemente, o impedimento para a prática de eventual vazamento de dados dos beneficiários pelo INSS, após o deferimento dos benefícios de aposentadoria ou pensão.

Reitere-se d. Promotor, o BMG não adota e nunca adotou qualquer prática para se beneficiar de eventuais dados e informações de beneficiários do INSS oriundos das repudiáveis práticas de vazamentos, que quando ocorrem, evidentemente, decorrem de ações engajadas por funcionários da própria Autarquia Federal, os quais devem ser, logicamente, os únicos responsabilizados por tal reprovável conduta *contra legis*.

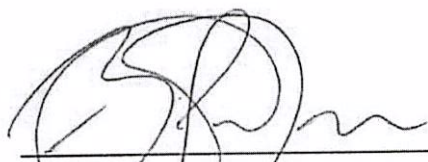
Mas fato é que, tal como demonstrado linhas atrás, com a adoção de normas rígidas pelo próprio INSS envolvendo a (i) possibilidade de contratação de créditos consignados por beneficiários tão somente após estes próprios autorizarem/solicitarem o desbloqueio do seu benefício para possibilitar a respectiva consignação; e (ii) norma proibidora de marketing ativo, oferta, proposta e publicidade dirigida ao beneficiário antes do transcurso do prazo de 180 (cento e oitenta) dias após ter havido o deferimento do seu benefício, conclui-se que a prática de vazamento de dados oriundos do INSS, não mais prevalecerá, ficando assim, superada a questão que motivou a representação que ensejou a abertura do presente inquérito civil.

5

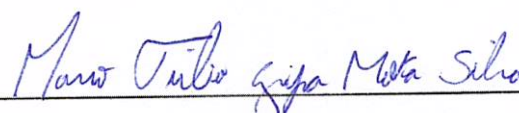
Destarte, considerando que o BMG não adota e nunca adotou qualquer prática correlata ao vazamento de dados pelo INSS, não tendo em tempo algum se beneficiado de tal prática, somado ao fato de que, conforme demonstrado, em função da edição e vigência das normas legais da Instrução Normativa de n.º 100 do INSS, a questão envolvendo o vazamento de dados pelo INSS torna-se superada, impossibilitando inclusive o marketing ativo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de deferimento do benefício previdenciário, conclui-se que não mais subsistem motivos fáticos-legais para prosseguimento do presente inquérito civil em função da perda de seu objeto, e assim se requer o seu arquivamento.

Diante de todo o exposto, esperando ter prestado esclarecimentos que elucidam a questão, o Banco BMG S/A coloca-se à disposição para quaisquer outros esclarecimentos, renovando nesta oportunidade, suas distintas e elevadas estimas com esta d. promotoria.

Atenciosamente,



P.p. Rafael de Souza Oliveira Penido
OAB/MG 99.080 – OAB/SP 368.445



P.p. Marco Tulio Grippa Mota Silva
OAB/RJ 110.147

Carlos Adolfo Junqueira de Castro
Juscelino Teixeira Barbosa Filho
Ana Cristina Goulart de Mendonça Santos
Alexandre Junqueira de Castro
Tristão Tavares Santos
Letícia Madureira Horta Canabrava
Rafael de Souza Oliveira Penido
Paulo Roberto de Oliveira Elias
Ivan Almeida Carvalho
Vinícius Teixeira Pinheiro
Marcelo Vital de Sales Andrade
Bruno Cunha de Castro
Raquel Colares Sartore
Nathália Álvares Campos Fontão
Kátia Yumi Biancardi
Bruno Assumpção Costa
Alejandro Melo Toledo
Arthur Thomazi Moreira
Diana Oliveira de Paiva
Ciro Starling Teixeira
Ana Carolina Araújo Barbosa de Assis
André Botelho de Abreu Sampaio
Romelita Tavares Santos Alvim
Maruf Mattar Netto



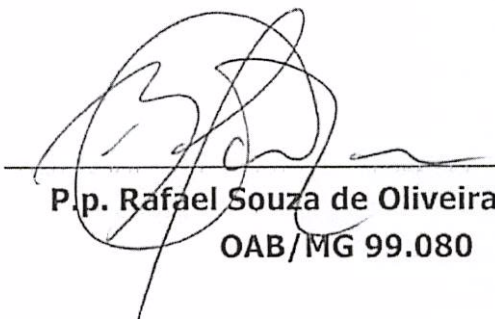
Carolina Bujaude Hadad Antonio
Marcus Lage Pinto
Mauricio Galdino Quirino Junior
Bernardo De Castro Viglioni Geraci
Daniella Coelho Brandão Xavier
Pedro Henrique Paizano Bueno
Diego de Sousa Pugas
Matheus Mattar Pereira Soares Senna
Charles Lage Alves
Paula Cambraia de Paiva
Daniel Alves Lima da Silva
Thais Almeida Carvalho
Anna Flávia Queiroz Dias
Igor Viana Santos
Luiza França Santos
Rian Nicolas Ribeiro de Sá
Lucca Silva Moraes
Ana Luiza Mendes Lopes Vieira
Clarissa Pinto de Paula Ramalho
Italo Lima Santana Moreira
Lucas Domingues Albuquerque
Paula Oliveira Julio
Lucas Guimarães Lima
Nayanne Stephanny Santana



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reserva, aos advogados **RAFAEL JANOT DE MATOS, OAB/RJ 109.546** e **MARCO TULIO GRIPA MOTA SILVA, OAB/RJ 110.147**, **FERNANDO CAETANO DE ALMEIDA NETO, OAB/RJ nº 202.227** **DIEGO VINICIUS ROSÁRIO DO NASCIMENTO, OAB/RJ nº 219.611**, todos brasileiros, com escritório na Av. Almirante Barroso, nº 22, sala 1002, Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.031.000, os poderes que me foram outorgados, por **Banco BMG**, nos autos do Inquérito Civil nº 2018.01259627, em tramite perante a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e do Contribuinte do Rio de Janeiro/RJ.

Belo Horizonte, 07 de maio de 2019



P.p. Rafael Souza de Oliveira Penido
OAB/MG 99.080



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência
Gabinete

DESPACHO

Gabinete, em 20/10/2020.

Ref.: Processo
nº 35014.282389/2020-
89

Int.: MPRJ 1º
PROMOTORIA DE
JUSTIÇA CÍVEL E
FAMÍLIA DO MEIER RJ

A s s . : Inquérito Civil
PJDC nº 1052/2018.
MPRJ nº
2018.01259627. Banco
BMG. Ligações de
telemarketing e
torpedos. Oferecimento
de empréstimos e
outros serviços alguns
dias depois do
deferimento do
benefício do INSS.

1. Ciente.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para análise e demais providências.

EMANUEL DE ARAÚJO DANTAS

Chefe de gabinete da presidência



Documento assinado eletronicamente por **EMANUEL DE ARAUJO DANTAS, Chefe de Gabinete da Presidência**, em 20/10/2020, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

20.10.2020



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1993592** e o código CRC **63381041**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.282389/2020-89

SEI nº 1993592



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios

DESPACHO

Diretoria De Benefícios, em 21/10/2020.

Ref.: Processo
nº 35014.282389/2020-
89

Int.: MPRJ 1º
PROMOTORIA DE
JUSTIÇA CÍVEL E
FAMÍLIA DO MEIER RJ

Ass.: Inquérito Civil
PJDC nº 1052/2018.
MPRJ nº
2018.01259627. Banco
BMG. Ligações de
telemarketing e
torpedos. Oferecimento
de empréstimos e
outros serviços alguns
dias depois do
deferimento do
benefício do INSS.

1. Ciente.
2. Considerando a pertinência temática, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Pagamento e Gestão de Serviços Previdenciários - CGPGSP para manifestação sobre o inquérito conforme Ofício nº 213/2020- 1ª PJDC -SEI (1993427).
3. Solicita-se que o processo retorne ao Gabinete desta Diretoria até a data de 10/11/2020.

ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO

Diretor de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ROOSEVELT SILVA RIBEIRO, Diretor(a)**, em 21/10/2020, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2011016** e o código CRC **E8641ED5**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35014.282389/2020-89

SEI nº 2011016